

ENTIDADE PROMOTORA



PARCEIROS

Fundación Secretariado Gitano (FSG)

Antolina Merino, 10
28025 Madrid. Spain
Tel.: 34 91 422 09 60
gitanos@fsgg.org
www.fsgg.org

EFXINI POLI

Information & Support Center
for Socially Excluded Groups
60 Thessalías Street, Acharnes 17 631
Greece
Tel.: 30 210 2480393 / 30 210 2480744
www.efxini.gr

Rede Europeia Anti-Pobreza Portugal (REAPN)

Rua de Costa Cabral 2368
4200-218 Porto
Portugal
Tel.: 351 22 5420800
www.reapn.org

Pavee Point

Travellers Centre
46 North Great Charles Street
1 Dublin
Ireland
Tel.: 353 1 878 0255
www.paveepoint.ie

Socioklub

Plzeňská 175
150 06 Praha 56
P.O.Box 19
Czech Republic
Tel.: 420 602365612
www.socioklub.cz

Autonomia Foundation

Pozsonyi út 14. II/9
H-1137 Budapest
Hungary
Tel.: 36 1 237-6020
www.autonomia.hu

Agentia "Impreuna"

Mihai Eminescu nr. 160
Sector 2 Bucharest 020084
Romania
Tel.: 40212100539
www.agentiaimpreuna.ro

Ministry of Labour and Social Affairs

General Directorate for Social Action, Minor and Family
Paseo de la Castellana, 67
28046 Madrid. Spain
Tel.: 34 91 363 74 88
www.mtas.es

Ministry of Labour & Social Affairs

ESF actions monitoring and coordination authority
9, Deligiorgi Str.
101 82 Athens
Greece
Tel.: 30 210 5201200
www.labor-ministry.gr

Ministry of Labour and Social Solidarity

Institute of Social Security
Rua Castilho, nº 5 -R/c
1250-066 Lisbon. Portugal
Tel.: 351 21 3184900
www.mtss.gov.pt

Department of Social and Family Affairs

Office for Social Inclusion
Aras Mhic Dhiarmada, Store Street
1 Dublin
Ireland
Tel.: 353 1 7043851
www.socialinclusion.ie

Ministry of Labour and Social Affairs

Department for Social Policy
Na Poricnim Právu 1
128 01 Prague 2
Czech Republic
Tel.: 420 221923612
www.mpsv.cz

**Ministry of Youth, Family, Social Affairs
and Equal Opportunities**

Akademia Street, 3
1053 Budapest
Hungary
Tel.: 36 1 301 7800
www.eszscsm.hu

Ministry of Labour, Social Solidarity and Family

General Directorate of Social Policy
2 B, Dem I. Dobrescu
Sector 1 Bucharest 70119
Tel.: 40213125268 / 40213157143
www.mmssf.ro

FINANCIAMENTO



EUROPEAN COMMISSION



**Manual de Sensibilização
para a Elaboração de Políticas
de Inclusão Social das Comunidades Ciganas**



www.fsgg.org/socialinclusion

CONTEÚDOS

- **Introdução** 2
- **Alguns factores específicos de exclusão social das Comunidades Ciganas** 4
- **Características da Cultura Cigana que podem favorecer a inclusão social** 6
- **Inclusão integrada das Comunidades Ciganas e a promoção de medidas positivas** 7
- **Planos Nacionais de Acção para a Inclusão** 8
- **Principais áreas e medidas para promover a inclusão social das Comunidades Ciganas** 10

Projecto Financiado pela Comissão Europeia no âmbito do Programa de Acção Comunitária de Combate à Exclusão Social 2002-2006.

A presente publicação é da autoria da parceria deste projecto e a Comissão Europeia não tem qualquer responsabilidade no seu conteúdo e pelo uso que possa ser feito do mesmo.

Introdução.

A Inclusão Social das Comunidades Ciganas



Em 2007 a Roménia e a Bulgária serão membros da União Europeia e existirão, provavelmente, cerca de 10 milhões de cidadãos europeus ciganos, uma população maior do que a maioria dos Estados-membros da União Europeia. Contudo, as Comunidades Ciganas são um dos grupos mais vulneráveis das sociedades europeias. Uma grande percentagem destas comunidades vive em situações de exclusão social e muitos vivenciam situações de pobreza extrema. Verifica-se uma representação elevada destas comunidades entre as pessoas excluídas e, esta situação, encontra-se em quase todas as áreas: habitação, emprego, saúde, educação, justiça, imagem social... A situação destas comunidades está relacionada em grande parte com o sucesso ou insucesso da política europeia de inclusão social.

O documento *Directrizes Comuns para os Planos Nacionais de Acção para a Inclusão* elaborado pela Direcção-Geral do Emprego e Assuntos Sociais da Comissão Europeia encoraja todos os Estados-membros a reconhecerem o desafio de promover medidas específicas e de maior alcance direccionadas à inclusão das populações ciganas; medidas que assegurarão a estas populações a possibilidade de desfrutarem do mesmo nível de direitos sociais, políticos, culturais e económicos e de uma qualidade de vida que muitos europeus têm já como garantida.

As comunidades ciganas foram consideradas como “*grupos com um elevado risco de exclusão social*”, mas com ligeira referência aos factores de exclusão que os afectam, e sem propostas específicas de medidas orientadas às suas necessidades, capacidades e problemas. Assim, no contexto do Programa Europeu de Acção para a Inclusão Social, o Projecto *Promoção de Políticas Mais Activas para a Inclusão Social das Comunidades Ciganas*, no qual participam 14 organizações de 7 países, constitui um passo importante para enfrentar os processos de exclusão que afectam estas pessoas e grupos.

ALGUNS DADOS QUE ILUSTRAM A SITUAÇÃO DE EXCLUSÃO QUE AS COMUNIDADES CIGANAS ENFRENTAM NA EUROPA

- Em Espanha estima-se que **30% dos aproximadamente 650.000 ciganos espanhóis vivem situações de exclusão**¹.
- Na Irlanda, verifica-se que existem **apenas 20 estudantes travellers nas universidades num total de 31.000 pessoas travellers**. 25% dos travellers vivem em habitações sem acesso à água canalizada e electricidade².
- Na República Checa **a taxa de desemprego dos ciganos é, em alguns sectores, de 50%**, e em algumas áreas específicas é de 80%. A agiotagem é uma prática em rápida ascensão que habitualmente leva à extorsão, chantagem e violência contra os membros da família³.
- Na Roménia **47% da população cigana está desempregada e 69% das mulheres ciganas não trabalham** (não exercem nenhuma actividade profissional). A fonte de financiamento dos agregados familiares (66%) vem de subsídios de apoio às crianças e **os salários regulares constituem a principal fonte de financiamento em apenas 25% dos agregados**⁴.
- Na Hungria **a esperança de vida das crianças ciganas é 10 anos mais baixa do que a média das crianças**⁵ e apenas 1 a 2% dos ciganos com idades superiores a 25 anos terminaram o ensino secundário⁶.
- Em Portugal, embora sejam inexistentes⁷ dados sistemáticos, a generalidade das comunidades ciganas **enfrentam condições precárias de habitação, baixas qualificações escolares e profissionais**, e dificuldades de acesso à maioria dos bens e serviços.

¹ Plano Nacional de Acção para a Inclusão espanhol 2001-2003

² Fonte: Pavee Point

³ Plano Nacional de Acção para a Inclusão Social da República Checa 2004-2005

⁴ Inquérito sobre a Força de trabalho, nº 2, 1998. National Commission of Statistics

⁵ *A situação de saúde das populações ciganas na Hungria*, Púrporka Lajos, Zádori Zsolt

⁶ *A situação dos ciganos e as suas condições de vida*, KSH, 1993

⁷ Os dados disponíveis são pontuais e relacionados com contextos específicos (que têm como origem projectos e/ou organizações -ONGs- que trabalham com comunidades ciganas).

Alguns factores específicos de exclusão social das Comunidades Ciganas

A exclusão social pode ser o resultado de diferentes e diversos factores/dinâmicas, verificando-se uma grande diversidade de situações de exclusão. Isto implica que também devem existir programas e planos diversos e específicos para promover a inclusão de pessoas e grupos excluídos. As dinâmicas de exclusão social que afectam as Comunidades Ciganas têm algumas causas *específicas*, designadamente:

- **Barreiras no acesso aos principais recursos, bens e serviços**

Um número elevado de pessoas ciganas enfrenta maiores obstáculos no acesso aos recursos básicos e serviços do que a maioria das pessoas. Os ciganos estão sub-representados no mercado de trabalho, têm



rendimentos muito baixos, muitos vivem em habitações precárias, e em muitos países têm dificuldades no acesso ao sistema público de saúde, a uma educação de qualidade, formação profissional e outros recursos públicos necessários para a inclusão social.

- **Uma cultura e um estilo de vida encarado de modo negativo**

Uma característica importante das Comunidades Ciganas é que partilham um *background* cultural comum. Muitas das normas da sociedade e respectivas práticas são culturalmente específicas e definidas pela sociedade maioritária. Consequentemente, as culturas minoritárias são frequentemente objecto de juízos de valor só pelo facto de serem diferentes. Muitas das características culturais das Comunidades Ciganas são vistas como estando em conflito com os valores da sociedade maioritária e isto pode constituir um factor adicional de rejeição e de exclusão. No entanto, os planos nacionais de acção para a inclusão podem incorporar dinâmicas de assimilação, ao invés de promoverem a inclusão e respeitarem a diversidade cultural destes grupos.

- **Preconceito, estigmatização e discriminação**

As Comunidades Ciganas são uma das minorias mais negativamente vistas e discriminadas da Europa. Esta situação cria enormes barreiras para a sua inclusão social, designadamente em termos de acesso a um emprego, a uma habitação decente (melhores condições de habitabilidade), a uma educação de qualidade, aos serviços de saúde, à justiça e a outros serviços sociais. O preconceito e a discriminação são um ciclo vicioso que reforça a exclusão social a diferentes níveis. Esta situação nega o acesso às “ferramentas” básicas que são necessárias para a inclusão social, tal como a educação e a formação profissional. As vítimas de discriminação podem desenvolver mecanismos de sobrevivência e de resistência à rejeição que sofrem, criando barreiras à sua própria integração, como por exemplo, a falta de confiança e de suspeição nas instituições da sociedade, hostilidade, formas de reafirmação do grupo que os separam ainda mais da maioria da sociedade. A discriminação pode ser ainda um factor que agrava os problemas de saúde, tais como o stress, a depressão e o pessimismo. A discriminação pode também ser um factor que condiciona a vivência em áreas degradadas, onde há menos possibilidade de aceder aos serviços básicos, tais como o emprego, os transportes, a saúde, as escolas, etc.

Características da Cultura Cigana que podem favorecer a inclusão social

Embora as Comunidades Ciganas enfrentem alguns factores específicos que conduzem a um risco maior de exclusão social, ao mesmo tempo têm também muitas potencialidades e capacidades que podem favorecer a inclusão. Entre elas salientam-se as seguintes:

- **Família e Redes Sociais.** A vivência de muitas pessoas excluídas é marcada por laços sociais e de família muito limitados, e esta é, simultaneamente, uma das causas da sua exclusão e uma importante barreira para iniciar uma trajectória de inclusão devido à ausência de capital social e emocional e redes de suporte. Contudo, para a maioria dos ciganos esta situação não se verifica, pois estas comunidades têm frequentemente redes sociais e laços familiares muito fortes. A exclusão das pessoas ciganas implica a exclusão de grupos inteiros de pessoas. Mesmo quando vivenciam processos de exclusão social extrema a sua comunidade fornece a sustentação material e emocional aos seus membros, e esta constitui um capital valioso para iniciar trajectórias de inclusão. Por outro lado, a orientação centrada na família pode desacelerar a inclusão e a penetração na rede mais alargada.
- **Uma identidade colectiva.** Neste caso, as medidas de inclusão referentes às Comunidades Ciganas podem tirar proveito da promoção da afirmação política e da cultura colectiva da identidade e organização das Comunidades Ciganas. Um dos elementos chave para a inclusão social é a capacidade dos beneficiários ajudarem a definir e identificar as suas necessidades e exigências. Promover o *empowerment* é um elemento fundamental para a inclusão social, e as Comunidades Ciganas, em virtude da sua forte identidade colectiva, têm uma grande vantagem nesta questão. É igualmente um valor acrescentado que os ciganos excluídos e não excluídos podem ter muito em comum em termos de luta pelo respeito dos seus direitos humanos básicos e por uma identidade cultural. As populações ciganas podem beneficiar de recursos e de apoio de outras Comunidades Ciganas, o que é importante para o reforço da sua inclusão social.

Inclusão integrada das Comunidades Ciganas e a promoção de medidas positivas

As políticas de inclusão social para as Comunidades Ciganas devem incluir medidas de discriminação positiva, e programas definidos especificamente para as suas necessidades e exigências. Mas, ao mesmo tempo, é muito importante procurar garantir, em primeiro lugar, o seu acesso aos programas e medidas em geral. Os programas específicos para a inclusão destas comunidades devem ser vistos como pertencendo ao objectivo global de igual acesso a todos os recursos e oportunidades da sociedade, seja emprego, educação, habitação, saúde, justiça ou participação social.

Contudo, deve reconhecer-se que as medidas de discriminação positiva para as Comunidades Ciganas podem ter o efeito indesejado de reforçar os estereótipos que os retratam como grupos claramente diferenciados dos restantes membros da sociedade e de criar uma nova dinâmica de segregação e de estigmatização.

As medidas de inclusão social para as Comunidades Ciganas devem ser disseminadas e integradas em todas as instituições apropriadas da sociedade. A inclusão social é da responsabilidade de todos, quer do sector privado, sindicatos, meios de comunicação social, vida cultural, e, obviamente, em todas as áreas da administração pública e da política social. Ao mesmo tempo as medidas de inclusão dirigidas especialmente para grupos desfavorecidos, tais como deficientes, famílias monoparentais, pessoas idosas, toxicodependentes, ex-reclusos, imigrantes e sem-abrigo devem ter presente as necessidades específicas das Comunidades Ciganas que enfrentam, igualmente, estas situações. A política de inclusão social das Comunidades Ciganas deve ainda compreender uma perspectiva de género e assegurar que todas as medidas existentes para promover a igualdade de género contemplem, igualmente, as necessidades das mulheres ciganas.

Planos Nacionais de Acção para a Inclusão



As medidas para a inclusão social devem ser desenvolvidas no contexto de estratégias integradas. É necessário reconhecer que a inclusão é um processo dinâmico que não está associado a nenhuma medida em particular, ou conjunto de medidas, mas sim a medidas inter-relacionadas ao longo do tempo, que actuam tanto nas pessoas em risco de exclusão, como nas que erguem barreiras à inclusão, e ao nível do contexto social, institucional e material no qual a interacção social ocorre.

As Directrizes Comuns para os Planos Nacionais de Acção para a Inclusão, da Direcção-Geral do Emprego e Assuntos Sociais da Comissão Europeia, não só estimulam todos os Estados-membros a reforçarem os seus Planos Nacionais de Acção para a Inclusão, mas também proporcionam maior orientação, instrumentos metodológicos e recursos direccionados para cumprir este objectivo.

O objectivo da política europeia é erradicar a pobreza até 2010, não apenas como um compromisso para uma maior justiça social, mas também como um reconhecimento de que a exclusão é incompatível com o crescimento económico, a estabilidade e a coesão social. Contudo, a política europeia não coloca a responsabilidade pela eliminação da pobreza exclusivamente nas áreas da administração que trabalham com os sectores mais vulneráveis da nossa sociedade, mas sublinha que deve ser transversal a todas as políticas sociais, económicas e culturais e, sobretudo, deve ser uma preocupação de todos os membros da sociedade. A política europeia salienta, igualmente, que a inclusão requer planos estratégicos promovidos ao mais alto nível dos processos de decisão e, simultaneamente, que é necessária a coordenação entre todos os níveis da administração, entre o governo e a sociedade civil, o sector empresarial, as organizações, os sindicatos...



Os planos de inclusão devem ser construídos com base em realidades conhecidas (diagnósticos), devem possuir objectivos mensuráveis e o seu desenvolvimento deve ser sistematicamente avaliado. As medidas de inclusão devem promover a participação activa dos mais vulneráveis, e devem romper com as dinâmicas de exclusão inter-geracional. É ainda importante que todas as políticas de inclusão incorporem preocupações com as questões da igualdade de género.

Principais áreas e medidas para promover a inclusão social das Comunidades Ciganas

O combate à exclusão necessita um processo global e multi-dimensional, no entanto, é importante tentar destacar as áreas prioritárias no âmbito das medidas para a inclusão social, apesar destas poderem ser diferentes para diferentes tipos de processos de exclusão e em contextos nacionais diversos. Contudo, as medidas para a inclusão social das Comunidades Ciganas, devem ser implementadas tendo por base algumas orientações gerais, independentemente do contexto nacional e das esferas sociais em que operem.

O conhecimento acerca da situação das pessoas ciganas em geral, dos excluídos e dos que se encontram em risco de exclusão, não é muito extenso e aprofundado. Uma primeira medida a ter em conta é a realização de um maior número diagnósticos sobre a realidade dos ciganos, incluindo pesquisas sobre os obstáculos e as barreiras que a sociedade maioritária e as instituições lhes colocam.

- **Acesso aos serviços básicos como a educação, a saúde, a habitação, a justiça e os serviços sociais**

Uma prioridade-chave para a inclusão social das Comunidades Ciganas é a de assegurar que este objectivo seja transversal (*mainstreaming*) a todas as áreas da administração pública e dos serviços. No âmbito dos serviços sociais básicos, as prioridades-chave mais específicas são:

- Medidas promotoras do acesso à educação e medidas que permitem melhorar a qualidade da educação com uma atenção particular no combate às práticas directas e indirectas de segregação ou de assimilação nas escolas.
- Medidas de promoção de melhores condições de habitabilidade para as Comunidades Ciganas e de desmantelamento de bairros segregados e desfavorecidos com grande concentração de ciganos.
- Medidas promotoras do acesso à justiça, incluindo medidas de combate às dinâmicas de criminalização dos sistemas judiciais, prisionais e

da polícia que afectam os ciganos; e medidas de promoção da protecção legal destes grupos, tidas também como vítimas.

- Medidas que providenciem total acesso aos serviços públicos de saúde.
- Medidas que providenciem acesso ao rendimento mínimo permitindo dignificar a vida e o acesso a outros serviços de carácter social.

Importa sublinhar uma vez mais que as medidas para a inclusão social devem, primeiramente, ser baseadas na forma como se pode aumentar o acesso destas comunidades a todos os programas, acções e medidas de carácter geral. A partir do momento que isto for garantido, os programas especificamente dirigidos para as Comunidades Ciganas e orientados no sentido de promover o seu acesso podem finalmente ser desenvolvidos. No entanto, todos os programas de discriminação positiva devem ser explicitamente justificados tendo por base este objectivo. Alguns tipos de acções podem incluir:

- Formação para prestadores de serviço (profissionais) de desconstrução de preconceitos.
- Assegurar que os serviços como os centros de saúde ou escolas se localizem perto dos locais onde vivem as Comunidades Ciganas.
- Promoção de mediadores e profissionais ciganos para diferentes serviços, tais como a saúde, serviços sociais, escolas, sistema judicial...
- Desenvolvimento de programas específicos para problemas que afectam predominantemente as Comunidades Ciganas, como por exemplo obstáculos burocráticos para os vendedores de rua (venda ambulante), ou barreiras à manutenção do seu estilo de vida móvel.
- Redução dos perigos ambientais e de saúde que afectam os locais onde os ciganos estão alojados.
- Obrigação dos profissionais de serviço público de desenvolverem planos de promoção de acesso das Comunidades Ciganas.
- Formar ciganos no sentido de melhor acederem aos serviços.
- Promoção de organizações ciganas, *empowerment* e desenvolvimento de canais para a participação nas políticas e sua planificação.
- Sensibilizar e promover o sector privado para facilitar a empregabilidade das Comunidades Ciganas.

Estes são exemplos de medidas específicas dirigidas às Comunidades Ciganas e que podem ser adoptadas nas instituições ou esferas da sociedade sempre que isso se adegue: emprego, educação vocacional, serviços sociais, educação, habitação, justiça, cultura...

• Medidas para conseguir uma maior autonomia económica

A autonomia económica é um dos elementos-chave para a inclusão social. O rendimento mínimo e outros benefícios materiais para os excluídos nem sempre promovem esta autonomia, e em alguns casos podem desenvolver uma certa dependência em relação aos serviços sociais. No entanto, tais medidas, podem prevenir a exclusão extrema e situações de privação, e ao mesmo tempo, podem favorecer uma fase transitória para uma maior autonomia, assim como reduzir a reprodução inter-geracional da exclusão.

A autonomia económica pode ser fomentada mediante o desenvolvimento de esforços para inserir os ciganos no mercado de trabalho, através de formação profissional, acompanhamento da integração no trabalho, e medidas (ambas materiais e de sensibilização) que encorajem os empregadores para a contratação de indivíduos das Comunidades Ciganas. O sucesso da integração laboral dos ciganos deve ser publicitado no sentido de quebrar estereótipos sobre a “sua falta de hábitos ou de motivação para o trabalho” e ganhar confiança entre os membros das Comunidades Ciganas de que a inserção profissional é possível. As medidas não devem apenas visar a integração dos ciganos no mercado de trabalho, mas também melhorar as suas condições de trabalho, a evolução na carreira e a estabilidade profissional.

Ao mesmo tempo são necessárias medidas que tenham como objectivo regularizar, dignificar e melhorar as condições de trabalho, as qualificações de auto-emprego e de micro-empresas. Em muitos países, as Comunidades Ciganas concentram-se em determinadas actividades como por exemplo, venda ambulante, reciclagem de desperdícios, recuperação de objectos, artesanato e música, todas elas com um grande potencial económico, mas que, frequentemente, são realizadas ao nível da economia informal.

Devem ser promovidas medidas para ultrapassar obstáculos secundários de integração no mercado de trabalho ou de auto-emprego, tais como os cuidados a crianças ou outros membros dependentes, melhorar o transporte de mudanças, promover o acesso a centros de emprego, etc. É também fundamental promover medidas de educação para o consumo e outras que evitem que estas comunidades sejam vítimas de práticas abusivas como consumidores ou devedores.

• Medidas para promover a igualdade

A quebra de barreiras para a inclusão provocadas pelo preconceito e pela discriminação racista ou étnica é uma área fundamental para a inclusão das Comunidades Ciganas. As medidas para detectar a discriminação, analisam e medem a sua intensidade e como se manifesta, e as medidas para as combater são um ponto de partida para toda e qualquer política de inclusão destas populações.

Os processos de discriminação são resultado de dinâmicas complexas, com múltiplas causas sociais, e com longas e profundas tradições. Promover a igualdade é um processo a longo prazo, e deve ser compreendido como tal. As medidas para reduzir o preconceito e a discriminação devem ocorrer em todas as áreas e esferas da vida, a vários níveis, e numa perspectiva multi-dimensional.

Algumas medidas pertinentes para promover a igualdade:

- Medidas que detectem o preconceito e práticas discriminatórias, medindo a sua extensão e os seus efeitos.
- Medidas que realcem o uso do sistema judicial para a protecção da igualdade de direitos.
- Sensibilização, formação inter-cultural e anti-discriminação das pessoas que se encontram em programas de inclusão social e planos obrigatórios para a promoção da igualdade de oportunidades e direitos.
- Sensibilização, formação inter-cultural e anti-discriminação para pessoal administrativo, empresários, prestadores de serviços sociais, ONG's, comunicação social e opinião pública em geral.
- Medidas de *empowerment* e de valorização da imagem social das Comunidades Ciganas.
- Implementação de “Estruturas para a promoção de igualdade de oportunidades” como é exigido pela directriz da União Europeia 43/2000.

INDICADORES PARA MEDIR O PROGRESSO DA INCLUSÃO SOCIAL

É fundamental desenvolver ferramentas para medir o progresso da inclusão social das Comunidades Ciganas e isto implica que os programas de inclusão devem, desde o início, estabelecer objectivos concretos. Estes objectivos devem ter um conjunto de características, tais como serem ambiciosos, relevantes, inteligíveis, quantificáveis, mensuráveis e identificáveis no tempo.

Existem vários tipos de indicadores que podem ser usados. Alguns são de natureza estatística, como por exemplo: Existe um aumento de pessoas ciganas a aceder a actividades profissionais decentes? Os níveis de escolaridade estão a aumentar junto das crianças ciganas? A esperança média de vida das populações ciganas está a aumentar? Existem também indicadores subjectivos que medem as percepções e as atitudes: A imagem social das Comunidades Ciganas está a melhorar? As Comunidades Ciganas sentem-se mais confiantes de que serão melhor tratadas pela administração pública? Os indicadores também devem ser definidos no sentido de medirem e avaliarem em que sentido estas melhorias são consequência das medidas e políticas de inclusão.

Os indicadores exigem tempo, esforço e recursos económicos para a recolha dos dados e sua análise, e devem ser seleccionados com cuidado a fim de otimizar os recursos disponíveis. Ao mesmo tempo requerem a recolha de dados referentes à participação das pessoas ciganas em diferentes instituições e esferas sociais. Apesar disto, o levantamento de dados deve respeitar a legislação europeia e dos Estados-membros referente ao direito à privacidade pessoal, incluindo a necessidade de não identificar as pessoas enquanto membros de um grupo étnico e racial se elas assim o desejarem, ou se a lei assim o estabelecer. A monitorização étnica pode ser realizada, mas sob rígidas condições ditadas pela Lei, e essas metodologias devem ser

discutidas e acordadas com as organizações de ciganos no sentido de evitar uma utilização incorrecta destes dados.

São diversos os indicadores que podem ser utilizados para medir o progresso da situação social das Comunidades Ciganas, e, na maioria dos casos, o mais adequado é utilizar um conjunto de indicadores que permitam traçar um retrato mais global e multifacetado das mudanças ao longo do tempo, e que podem ser comparados com indicadores referentes à população em geral. É também importante, em muitos casos, que os indicadores possam aferir as diferenças de género em termos de inclusão das Comunidades Ciganas. Podem ser desenvolvidos indicadores para medir objectivamente o progresso quantitativo, bem como a percepção subjectiva das pessoas relativamente ao modo como vivem a realidade e como esta vai mudando ao longo do tempo. Alguns exemplos de indicadores que podem ser utilizados para medir o progresso de inclusão social das Comunidades Ciganas são:

- Taxa de emprego das populações ciganas.
- Percepção dos trabalhadores ciganos relativamente à qualidade dos seus empregos.
- Aumento do rendimento médio da família.
- Número de pessoas ciganas que acedem a habitação de qualidade.
- Diminuição de pessoas ciganas a viver em barracas ou outras zonas degradadas.
- Aumento da frequência e da qualidade dos serviços de saúde para as mulheres ciganas.
- Aumento da esperança média de vida das Comunidades Ciganas.
- Aumento dos níveis de escolaridade das crianças ciganas.
- Aumento do número de adultos que sabem ler.
- Número de mediadores ciganos.
- Diminuição no tratamento negativo e discriminatório das Comunidades Ciganas pela comunicação social.
- Diminuição de estereótipos negativos por parte da sociedade maioritária relativamente às Comunidades Ciganas.
- Aumento da protecção por parte do sistema judicial das vítimas ciganas.

BOAS PRÁTICAS

- **Roménia.** O projecto “Facilitar o Acesso ao Mercado de Trabalho” realizado em cinco localidades na Roménia baseou-se num método de levantamento de informação sobre as exigências do mercado de trabalho, as competências e as necessidades dos ciganos. Foi desenvolvido um curso de formação baseado neste conhecimento e no envolvimento da comunidade. Alguns dos resultados deste projecto-piloto foram: 220 formandos ciganos conseguiram obter certificados e requalificação, 170 ciganos foram inscritos na Agência Nacional de Emprego, 45 ciganos foram formados em novas profissões e 20 ciganos desenvolveram novas competências de gestão.
- **República-Checa.** O sistema escolar checo introduziu em 1997 um sistema de ensino preparatório e criou um lugar de assistentes a docentes, assim como, desenvolveu planos de educação especial e materiais de ensino para melhorar os resultados das pessoas ciganas. Uma avaliação conduzida em 2003 demonstrou que cerca de 1.489 crianças frequentavam o ensino preparatório e 72% completaram com sucesso o curso e estavam aptas a entrar no sistema nacional de educação.
- **Espanha.** O Programa ACCEDER (2000-2006) procura facilitar o acesso das pessoas ciganas ao mercado de emprego espanhol. Nos primeiros 4 anos deste projecto, foram assinados cerca de 14.700 contratos de trabalho. Em 2004, o Conselho Europeu seleccionou este programa como um exemplo de boas práticas em termos da aplicação do Fundo Social Europeu.
- **Espanha.** O Programa IRIS (Institute for Relocation and Social Integration) do Governo Regional de Madrid providencia habitação social em apartamentos de bairros não segregados para ciganos que vivem em bairros de lata ou que foram integrados em projectos públicos de habitação. 1.000 famílias receberam, no últimos 6 anos, estas habitações e acompanhamento social.

- **Portugal.** Em Portugal, existem algumas práticas realizadas no âmbito das Comunidades Ciganas, no entanto são iniciativas pontuais. O projecto “Nómada”, promovido pelo Instituto das Comunidades Educativas, através da criação de uma rede integrada por diferentes instituições e trabalhando em conjunto com base no intercâmbio de experiências e de perspectivas, procura contribuir para a escolarização/alfabetização/valorização das Comunidades Ciganas. Procura identificar pessoas/organizações com relações privilegiadas com as Comunidades Ciganas e identificar estratégias de intervenção ajustadas à população visada. Através das animações de rua e de mercados pretende-se sensibilizar as famílias para a escolarização e dar visibilidade ao acto educativo enquanto acto cultural.
- **Irlanda.** O Projecto Traveller Health Care procura transformar as pessoas ciganas e travellers em profissionais de cuidados de saúde primários, cujas principais tarefas são as de sensibilizar os ciganos e travellers para as questões de saúde, ensinar a tirar melhor partido dos serviços locais de saúde e ajudar a que a oferta dos serviços de saúde seja culturalmente adaptada.
- **Grécia.** O Programa de Acção Integrada para os ciganos contém 4 áreas de acção.
 - Habitação: Financiamento de empréstimos para habitação e arrendamentos.
 - Educação: aulas preparatórias para crianças ciganas com o objectivo de as preparar para o ensino regular. Programas de educação de adultos para aumentar a literacia e competências básicas.
 - Saúde: Centros sócio-sanitários que forneçam serviços e cuidados sociais e de saúde primários. Os serviços são também fornecidos a populações móveis por unidades especiais itinerantes.
 - Cultura: Acções específicas municipais que incluem actividades criativas, teatrais e workshops de fotografia e espaços culturais onde a cultura cigana é promovida.